Parte II - Espaços institucionais na Primeira República

Capítulo 6 - Repensando a história do Instituto Butantan

Luiz Antonio Teixeira

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

TEIXEIRA, L. A. Repensando a história do Instituto Butantan. In: DANTES, M. A. M., ed. *Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001, pp. 157-182. História e saúde collection. ISBN: 978-65-5708-157-0. <https://doi.org/10.7476/9786557081570.0008>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Capítulo 6

Instituto Serumterápico do Butantan – gaiolas
de cobras e extração de veneno

Fonte: Álbum *Algumas instalações do Serviço Sanitário de São Paulo* (1905)

Serpentário – Instituto Butantan (aprox. 1920)

Fotos do Acervo do Museu de Saúde Pública Emílio Ribas (MSPER), São Paulo

Repensando a História do Instituto Butantan

Luiz Antonio Teixeira

Apresentação

Este texto trata da trajetória do Instituto Butantan nas suas primeiras duas décadas de funcionamento. Parte do que vem a seguir é fruto da sistematização de fontes bem conhecidas. Ressaltamos dois aspectos originais: o primeiro é a busca de compreensão do desenvolvimento do Instituto no contexto das transformações do Serviço Sanitário de São Paulo – o que nos leva a propor uma nova periodização para a sua trajetória. O segundo – e o mais importante – é a tentativa de recuperar um espaço de tempo apagado pela historiografia que trata do Instituto: o período de 1917 a 1919.

Os trabalhos acadêmicos voltados para o primeiro quarto de século da trajetória do Instituto Butantan normalmente têm como base um conjunto de fontes secundárias elaboradas por memorialistas e antigos funcionários da instituição, que condensaram em livros e artigos jornalísticos os principais momentos de sua história.

A maior parte destes estudos têm como referencial o papel desempenhado por Vital Brazil no comando da Instituição. Ao centrarem-se neste personagem, os memorialistas acabaram por apagar – ou deixaram de escrever – uma fase importante da história do Butantan: o período em que Artur Neiva dirigiu o Serviço Sanitário (1917-1920). Isto se explica pelas divergências entre os dois cientistas, as quais acabaram por determinar a saída de Vital Brazil da direção do Instituto. Por seguir os rastros dos trabalhos cronísticos, os estudos mais atuais muitas vezes também incorrem no mesmo problema.

Evitando esse problema, procuraremos reconstituir a trajetória do Instituto nos anos em que Neiva dirigiu o Serviço Sanitário. Este período foi marcado pela tentativa de pôr em prática um projeto de expansão institucional que deveria transformar o Butantan num grande centro de pesquisas e produção de imunizantes e terapêuticos, capaz de suprir as ações de saúde pública em nível nacional.

Os autores que elaboraram trabalhos históricos ou cronísticos sobre o Instituto Butantan dividem as duas primeiras décadas de sua trajetória em duas fases distintas.¹ A primeira começaria com a sua fundação, em 1900, e se estenderia até 1914. Estes seriam os anos heróicos da Instituição, quando, em acanhadas instalações e contando com um quadro de pessoal mínimo, o Instituto conseguiu deslancar uma importante vertente de pesquisa em medicina tropical – o ofidismo – e, também, contribuir expressivamente com a saúde pública ao produzir vários tipos de imunizantes. A segunda fase desta história se inauguraria em 1914, momento em que o Instituto passou por reformas físicas, teve seu quadro de pessoal ampliado e começou a receber maiores somas de recursos estaduais; o fim deste período seria marcado pela saída de Vital Brazil do Butantan, em 1919.

Embora aceitemos o marco final dessa periodização como um momento de ruptura do processo de expansão ao qual o Butantan vinha se submetendo, somos contrários à proposição de que o ano de 1914 marque o início de uma nova fase para a instituição – proposição esta baseada somente na observação das novas instalações do Instituto.

A grande reviravolta na trajetória do Instituto se deu a partir de 1917, momento em que o Serviço Sanitário de São Paulo passou por uma reformulação e o Butantan deixou de ser visto apenas como uma instituição produtora de imunizantes para debelar possíveis epidemias, passando a ser considerado uma agência central na execução de diversas ações de saúde pública.

Utilizamos como fontes secundárias os trabalhos históricos sobre a saúde pública em São Paulo e os que tratam especificamente do Instituto Butantan. Nossas fontes primárias principais foram os relatórios de Artur Neiva à Secretaria do Interior – a que o Serviço Sanitário estava subordinado. Este conjunto de correspondências, embora não nos apresente as repostas do Secretário do Interior às demandas e questões elaboradas por Neiva, nos dão uma caracterização do projeto que o pesquisador tinha para a instituição.

Os primeiros anos

A criação do Instituto Butantan foi consequência de um surto epidêmico de peste bubônica no porto de Santos em 1899. A possibilidade de este surto se transformar em uma epidemia de grandes dimensões, e de dificultar o comércio de importação e exportação levou o Serviço Sanitário do estado a convocar o Instituto Bacteriológico – instituição encarregada de estudar as epidemias que grassavam no estado – para estudar o problema e propor soluções higiênicas para a cidade.

Por ordem de Adolfo Lutz, diretor do Instituto Bacteriológico, foi enviado a Santos o pesquisador Vital Brazil.² Seus estudos confirmaram a existência da peste, deixando a população da cidade em polvorosa pela possibilidade de serem tomadas medidas sanitárias que prejudicassem o comércio portuário. Insatisfeitas com as conclusões do cientista, as autoridades santistas convocaram outros estudiosos para analisar a situação.

Assim, foram enviados à cidade o cirurgião carioca Rodolpho Chapot Prévost – com grande prestígio na capital da República por ter conseguido operar com sucesso duas gêmeas xipófagas – e Oswaldo Cruz, médico também da capital, ainda pouco conhecido, mas com especialização em microbiologia no Instituto Pasteur de Paris. Ambos confirmaram o diagnóstico de peste.

Com o objetivo de acabar com quaisquer dúvidas sobre a questão, Adolfo Lutz enviou culturas do micróbio encontrado em pessoas infectadas para institutos de medicina experimental europeus que, também, chegaram às mesmas conclusões.

Ratificada a presença da peste em Santos, implementaram-se as primeiras medidas de controle da doença.³ As principais medidas profiláticas eram a desratização das zonas atingidas e a aplicação da vacina. Nos casos já diagnosticados, utilizava-se o soro antipestoso. Entretanto, elas esbarravam na dificuldade de importação do soro antipestoso, que era exportado somente pelo Instituto Pasteur de Paris e em pequenas quantidades para a demanda mundial.

O governo de São Paulo decidiu, então, criar um estabelecimento produtor de soros e vacinas antipestosos. Adquiriu a fazenda Butantan para montar o laboratório, que funcionaria como dependência do Instituto Bacteriológico. Para chefiá-lo, convidou o médico Vital Brazil – possivelmente pela experiência por ele adquirida nas pesquisas de identificação da doença.

A história do Instituto Butantan começa com a adaptação das dependências da Fazenda de Butantan para a instalação dos laboratórios. Nas rudimentares dependências foram iniciados os trabalhos de produção dos imunizantes. Em 11 de junho de 1901 eram entregues ao Serviço Sanitário os primeiros tubos do soro antipestoso. No mesmo período, o laboratório iniciou os estudos sobre ofidismo visando à produção de soros para a imunização dos acometidos por envenenamento ofídico.

Vital Brazil, ainda como pesquisador do Instituto Bacteriológico, havia dado início às primeiras experiências para a elaboração o soro antiofídico. Neste período Calmette e Phisalix e Bertrand haviam demonstrado a similaridade entre o veneno ofídico e as toxinas bacterianas, ambas antigênicas e capazes, de provocar no organismo o surgimento de anticorpos neutralizantes. Estes trabalhos possibilitaram a Vital Brazil as bases para a produção do soro. No entanto,

Vital Brazil demonstrou que ao contrário do que propusera Calmette, a imunização de um animal, por meio de inoculações de doses sub-letais do veneno de uma dada espécie ofídica, não confere ao imune uma resistência global contra o veneno de todas as espécies peçonhentas. (...) A imunidade aos venenos ofídicos não é tão restrita como a que ocorre em relação as bactérias, pois no caso das serpentes dá-se a resistência cruzada entre espécies do mesmo gênero. Este achado foi decisivo para tornar realística a soroterapia dos vitimados pelo ofidismo. (...) Resultando ser necessária no caso do Brasil, a produção apenas de quatro tipos de soros contra os venenos de serpentes dos gêneros *Elaps* (corais), *Crotalus* (cascavéis), *Bothrops* (jararacas, urutus, etc) e *Lachesis*. Além disto, simplificou-se a escolha do tipo de soro graças a notoriamente maior facilidade de caracterização do gênero do que identificação da espécie de um animal. (Henriques, 1982:155)

O Laboratório Soroterápico do Butantan funcionou como dependência do Instituto Bacteriológico até 23 de fevereiro de 1901, quando pelo Decreto nº 878-A, tornou-se instituição autônoma, com a denominação de Instituto Soroterápico do Estado de São Paulo. Neste momento, suas atribuições se restringiam ao preparo do soro e da vacina contra a peste bubônica (Camargo, 1984:31).

A partir de sua desvinculação do Instituto Bacteriológico, o Butantan passou a contar com um quadro de pessoal composto pelo diretor, um ajudante – o médico Abdon Petit Carneiro, um administrador, um escriturário, um auxiliar, três serventes e mais cinco pessoas encarregadas dos serviços de manutenção da fazenda e do gado utilizado na fabricação dos imunizantes.

Neste ano, começou a produzir experimentalmente as primeiras doses de soro antiofídico e deu início às pesquisas sobre a febre tifóide, o leucotoréico de Methnikoff e o soro anti-rábico. Com o passar dos anos sua produção de imunizantes foi cada vez mais se ampliando. Em 1902, os produtos antipestosos do Instituto eram enviados para diversos órgãos do Serviço Sanitário paulista e para outros estados, como o Rio de Janeiro, Paraná e Ceará. Em 1903 enviaram-se as primeiras partidas de soro antiofídico para alguns estados da federação.

Até 1906, o Instituto só produziu imunizantes anti-rábicos e antiofídicos. Segundo o relatório elaborado pelo então diretor, o retardamento do fabrico de outras substâncias se devia à precariedade das instalações da instituição, que não permitia o início destes trabalhos. A partir de 1906, foi iniciada a preparação do soro antidiftérico e, no ano seguinte, da tuberculina para o diagnóstico da tuberculose humana. Em 1909, além do fornecimento para São Paulo e diversos estados do país, o Instituto Soroterápico enviava soros antipeçonhentos e antidiftéricos para o Uruguai e Argentina. Em 1914, iniciava o preparo dos soros antidisentérico, antiestreptocócico e antiescorpiônico. Na área da pesquisa, o tema dos trabalhos era o ofidismo, estudando-se diversos aspectos a ele relacionados.

Embora nos primeiros anos de atividades o Instituto não contasse com um periódico próprio, para a divulgação de seus trabalhos científicos, estes eram publicados nas revistas paulistas de medicina e enviados para congressos médicos. A Sociedade Paulista de Medicina e Cirurgia foi o fórum privilegiado de apresentação e debates das pesquisas em curso na instituição. Os periódicos que mais publicavam seus trabalhos eram a *Revista Médica de São Paulo* e os *Anais Paulistas de Medicina e Cirurgia*.

No que diz respeito à produção do imunizante antiofídico, de início a elaboração foi prejudicada pela dificuldade de obtenção de serpentes. Para resolver o problema, Vital Brazil conseguiu, através de correspondências com diversos setores agrários um considerável número destes animais. Posteriormente, através de acordos com o governo de São Paulo, obteve o transporte gratuito de serpentes pelas ferrovias do estado e a oficialização da prática, iniciada nos primeiros anos da instituição, de trocar soro por serpentes. A partir de 1912, a permuta se estendeu também a instituições científicas como os museus de Stuttgart, Berlim e Paris.

Tais práticas iriam sedimentar uma importante relação do Butantan com os agricultores e pecuaristas. Estes tinham interesse na resolução do

problema do ofidismo, visto serem as populações rurais as mais atingidas por mordeduras de cobras.

Somavam-se a estas iniciativas, um incipiente programa de educação sanitária que se iniciou com a elaboração de quadros murais e cartazes que explicavam, de forma simplificada, as maneiras da população se prevenir de diversas enfermidades. A repercussão positiva desse trabalho fez com que ele se desdobrasse em cursos de higiene elementar destinados aos professores da rede estadual de ensino (Camargo, 1984).

Embora o Instituto mantivesse uma produção de imunizantes crescente e um rol de pesquisas cada vez mais diversificado, o seu maior desenvolvimento estava dificultado pelo diminuto número de técnicos com que contava e pela exigüidade de suas instalações. Já em 1901, Vital Brazil solicitava ao governo paulista a construção de dependências para a moradia dos serventes e do diretor no Instituto – o que evitaria que várias horas, que poderiam ser dedicadas aos trabalhos, fossem gastas em deslocamentos para a distante fazenda de Butantã.

Em 1904 estas solicitações foram reiteradas, sendo que a ênfase agora se colocava na melhoria das instalações dos laboratórios, na compra de equipamentos e contratação de técnicos. Somente em 1910 o governo paulista autorizou a reforma das instalações do Instituto, sendo iniciada, neste mesmo ano, a construção de um novo prédio para abrigar os laboratórios da instituição. Em relação ao aumento de pessoal técnico, o Instituto se manteve com um quadro mínimo, nunca superior a cinco pesquisadores. Somente com a reforma de 1917, sua estrutura funcional iria se ampliar.

É importante observar que o desenvolvimento do Instituto Soroterápico de Butantan – tal qual o de outras instituições congêneres – se deu à margem do papel que lhe fora atribuído pelas autoridades estatais. A lei que regulamentou o Instituto, quando de sua desincorporação do Bacteriológico, imputou-lhe somente a função de preparo de imunizantes contra a peste bubônica.

Em 1911, quando o Serviço Sanitário paulista foi reorganizado, suas atribuições ainda se resumiam ao “preparo dos soros e vacinas que a ciência e a prática tivessem sancionado”. As atividades relativas aos estudos das disciplinas microbiológicas continuavam confiadas somente ao Instituto Bacteriológico do estado. Embora suas atribuições fossem bastante específicas e objetivassem, em última instância, suprir o Serviço

Sanitário com imunobiológicos suficientes para debelar as epidemias, suas atividades ultrapassavam as barreiras das limitações institucionais, incorporando pesquisas, principalmente as que concerniam aos diversos aspectos do ofidismo.

Tal afirmação fica clara ao observarmos o amplo programa de trabalho apresentado por seu diretor para 1912. Este compreendia, além da preparação dos soros e vacinas necessários, o estudo de todas as questões relacionadas com a saúde pública e, em particular com a soroterapia; a divulgação, escrita ou através de conferências, dos resultados das pesquisas realizadas na instituição; o estudo da sistemática e biologia das serpentes do Brasil, das diferentes peçonhas – tanto do ponto de vista químico como do toxicológico; da soroterapia anti-peçonhenta; dos aracnídeos venenosos e de seus venenos; pesquisas sobre a histologia patológica destes envenenamentos e sobre os insetos sugadores que interessassem à higiene (Oliveira, 1980-81).

Com o término da construção das novas instalações, em 1914, conseguiram realizar-se algumas atividades do programa. Mesmo antes de finalizadas as obras, os laboratórios foram transferidos para o novo prédio, expandindo-se os objetos de pesquisa e a produção de imunizantes. Em 1913 começaram os estudos para a produção dos soros anti-estreptocócico e anti-estafilocócico, que passaram a ser elaborados no ano seguinte; no mesmo ano foi iniciado o programa de conferências sobre educação sanitária para a população.

Embora a reforma das instalações pareça evidenciar um maior interesse das autoridades nos trabalhos do Instituto, as verbas e o diminuto quadro de pessoal estavam muito aquém do necessário para Vital Brazil pôr em prática os objetivos e expectativas por ele traçados para o Butantan.

Com o objetivo de transformar o Soroterápico na instituição de ciência e saúde capaz de tornar-se a ponta de lança do Serviço Sanitário paulista, Vital Brazil, elaborou, em 1915, um plano de desenvolvimento científico para o Instituto. Neste documento foram reiteradas as necessidades de pessoal qualificado, sugerindo-se, como forma de obtenção deste, o envio de técnicos para a especialização no exterior e a provisão de recursos para a formação de auxiliares de laboratório.

Além disso, foi proposto que o Instituto tivesse acrescidos às suas funções o estudo das principais endemias em São Paulo e a responsabilidade pela educação sanitária. Neste momento sua meta era transformar o

Soroterápico num instituto de higiene capaz de nuclear os estudos científicos ligados à medicina e à diversas ações de higiene.⁴

Ainda no ano de 1915, Vital Brazil elaborou uma outra proposta com o objetivo de garantir boas condições para a produção e a pesquisa científica na instituição, pois, segundo a sua avaliação, a falta de recursos punha em risco a continuidade da fabricação de imunoterápicos e das pesquisas em curso (Oliveira, 1980).

Pautando-se no exemplo de Oswaldo Cruz,⁵ Vital Brazil propôs ao governo estadual a votação de uma lei que desse autonomia ao Instituto para comercializar seus produtos biológicos, com a reversão das rendas obtidas em melhoramentos para a própria instituição. Até então, a maioria dos produtos era distribuída à diretoria do Serviço Sanitário e a outras instituições públicas, uma pequena parcela era trocada por serpentes e vendida, sem que a sua renda voltasse para o Instituto. A receita obtida com a venda destes produtos seria aplicada na manutenção e expansão das atividades da instituição, suplementando a dotação estatal, que há algum tempo se mostrava estacionária. Entretanto, ainda não seria desta vez que as autoridades paulistas aceitariam o projeto do cientista.

O Instituto Butantan no contexto de expansão do Serviço Sanitário

Grande parte das reivindicações de Vital Brazil foram atendidas pelo governo paulista em 1917. A reforma do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, havida nesse ano, determinou a ampliação do quadro de pessoal, aumentou as dotações para o Instituto, concedeu a prerrogativa de venda de seus produtos e alargou suas atribuições. A produção de imunizantes também aumentou e se diversificou neste período. Além disso, como consequência da instalação da seção de química e do Serviço de Medicamentos Oficiais, o Instituto passou a elaborar uma grande variedade de quimioterápicos e soluções medicamentosas.⁶

O período de 1917 a 1919 também foi marcado pelo desenvolvimento das pesquisas científicas. Novas disciplinas como a botânica e a química foram introduzidas na instituição. Para tanto, foram criadas seções específicas para os trabalhos nessas áreas e um horto para o cultivo de plantas tóxicas e medicinais. Nesse período houve, ainda, a reorganização e expansão da biblioteca do Instituto, o maior envolvimento deste com as

atividades voltadas para a educação sanitária e o surgimento das *Memórias do Instituto Butantan*.

Segundo Camargo (1984), este desenvolvimento foi consequência da comercialização dos produtos do Instituto com a reversão das rendas para sua manutenção. Todavia, esta explicação não nos parece suficiente, pois, como observamos, registrou-se, também, aumento na subvenção do estado e no pessoal técnico científico do Butantan. Deve-se, portanto, compreender o processo de expansão das atividades dentro de um contexto mais amplo.

Como vimos, a importância atribuída ao Butantan pelo Serviço Sanitário esteve por muito tempo ligada prioritariamente à capacidade de produção de imunizantes para sustar as possíveis epidemias que surgissem no estado. Acreditamos que, a partir de 1917, o Instituto passaria cada vez mais a ser considerado como uma agência importante na execução de novas ações de saúde pública incorporadas pelo estado.

Para compreendermos a mudança de postura das autoridades de saúde frente ao Instituto, é necessário que nossa análise se volte para dois aspectos: o primeiro se relaciona à reforma dos serviços de saúde de 1917, seus objetivos e antecedentes; o segundo diz respeito ao ingresso de Artur Neiva na direção do Serviço Sanitário de São Paulo e à sua atuação no sentido de modernizar o Instituto.

Ao estudar o processo de reforma sanitária no estado de São Paulo, Castro Santos mostra que os últimos anos da década de 1910 marcam o início da expansão das ações de saúde no estado. Para ele, até então os serviços sanitários estavam restritos às áreas urbanas devido à importância dessas regiões como porta de entrada dos imigrantes e à resistência dos grandes proprietários a quaisquer ações estatais em seus domínios.

A partir da segunda metade da década, essa tendência foi aos poucos se modificando. O início da Primeira Guerra Mundial e o desenvolvimento de uma ideologia modernizante e nacionalista seriam fatores relevantes na transformação dessa realidade. O começo da guerra se vincula ao desenvolvimento de ações de saúde pública para as áreas rurais em virtude da diminuição da entrada de mão-de-obra estrangeira em nossos portos. A real possibilidade de falta de trabalhadores nas lavouras paulistas, aos poucos, possibilitaria o desenvolvimento de ações sanitárias nas até então inexpugnáveis cidadelas dos coronéis.

Entretanto, o pensamento nacionalista desde muito cedo se voltou para o problema da integração das áreas rurais, como busca de uma

verdadeira nacionalidade; além disso, o ideal de desenvolvimento econômico dos grupos nacionalistas tinha como base a incorporação do caboclo como cidadão sadio, apto a contribuir para o desenvolvimento econômico (Castro Santos, 1987).

Ainda segundo Castro Santos, o Serviço Sanitário tiraria vantagem desse clima ideológico começando a exercer maior controle das áreas agrícolas de São Paulo. No entanto, esse controle tinha como contrapartida a encampação de alguns interesses das elites agrárias. A expansão das ações sanitárias embora tivesse a intenção principal de melhorar as condições de saúde nas áreas rurais, a despeito dos interesses políticos dos fazendeiros, ocorreu simultaneamente à criação de agências responsáveis pelo desenvolvimento de serviços ligados à agricultura e a pecuária, possibilitando, assim, o maior desenvolvimento econômico dessas regiões (Castro Santos, 1987).

Para este estudo, tão importante quanto a observação da interiorização da reforma sanitária paulista é a constatação da expansão do raio de atividades desenvolvido pelo serviço sanitário. Vale notar que as reformas feitas nos serviços de saúde, a partir da segunda metade da década de 1910, marcam também a criação de novos serviços de caráter permanente, voltados para o controle de doenças endêmicas nas áreas urbana e rural do estado.

Para compreender melhor o processo de expansão das atividades do Serviço Sanitário, é necessário que acrescentemos às causas sociopolíticas observadas por Castro Santos a percepção dos modelos técnico-assistenciais que embasaram a transformação das estratégias de intervenção do Estado no setor saúde.⁷

Em recente trabalho sobre as políticas de saúde pública em São Paulo, Emerson Merhy mostra que a expansão do raio de ação do Serviço Sanitário a partir de 1917 foi também decorrência da implantação de um novo modelo de saúde pública. De acordo com o autor, o período em que Emílio Ribas esteve à frente do Serviço Sanitário se caracterizou pela formação de um

modelo técnico-assistencial que tinha como base as atividades campanhistas, cuja estratégia de ação confundia-se com a atuação da polícia sanitária, que tomava como principais questões coletivas as doenças infecto-contagiosas que se constituíam de processos epidêmicos, como a varíola, a febre amarela, entre outras, especialmente nas grandes cidades e em zonas rurais vinculadas à produção, transporte e comercialização do café. (Merhy, 1992:71)

A partir do final da década de 1910, novas experiências em saúde, como as ações, ambulatoriais, empreendidas pela Fundação Rockefeller em conjunto com a Faculdade de Medicina do Estado de São Paulo, possibilitariam o surgimento de outros modelos técnico-assistenciais.⁸ Muitos profissionais de saúde brasileiros encampariam a idéia dos serviços ambulatoriais, propondo-os como modelo de atuação para a saúde pública.

Alguns, na linha da John Hopkins School (...) entendiam que esses serviços eram parte de uma etapa de transição para os serviços ambulatoriais gerais de saúde pública; e que cumpriram seu papel ao mostrar que as ações sanitárias deveriam ser realizadas em função de sua capacidade de proteger e promover a saúde.

Outros, na linha de Artur Neiva, que vinham de uma formação mais presa às experiências do modelo campanhista policial encararam esses serviços especializados como a própria finalidade das ações sanitárias, procurando modernizar as ações campanhistas com a concepção de serviços campanhistas permanentes que dessem combate as endemias e/ou ficassem em alerta permanente para os episódios epidêmicos. (Merhy, 1992:71)

Essa forma de pensar, vitoriosa com a entrada de Neiva na diretoria do Serviço Sanitário, em 1917, engendraria um novo modelo técnico-assistencial que, sem deixar de lado a experiência campanhista da fase anterior, procuraria intervir, também, frente às doenças endêmicas, através da criação de serviços permanentes. As principais características desse novo modelo eram o maior raio de ação das atividades sanitárias – uma vez que se uniam duas formas de atuação diferenciadas – e o aumento da rede que prestava serviços ambulatoriais permanentes e especializados.

A reforma do Serviço Sanitário de 1917 se apresenta como o marco de surgimento desse novo modelo. O Serviço de Profilaxia Geral, criado neste momento, era a instância permanente da higiene nas áreas rurais, ficando sob sua responsabilidade todas as atividades relacionadas à polícia sanitária das fazendas e de outros estabelecimentos das zonas interioranas; sua atuação se fez mais presente no combate à malária, através de ações campanhistas, e à ancilostomíase, pela criação de postos ambulatoriais.⁹

Por intermédio desta reforma, o Serviço Sanitário também voltou suas atenções para o combate à lepra e ao tracoma no estado. Em relação à primeira doença, foi elaborado um plano de profilaxia que deveria ser executado em conjunto com a Santa Casa da Misericórdia. Para o controle do tracoma, foram criados um serviço especial com base na capital e comissões em diversas localidades interioranas.

O novo modelo de atuação da saúde pública geraria novas demandas para o Instituto Butantan. Seu interesse para a saúde pública, pela primeira vez, ultrapassava o da produção de imunizantes para as possíveis epidemias. A partir daquele momento, o Butantan deveria se transformar numa instituição apta a contribuir para a implantação e manutenção das novas atividades do Serviço Sanitário, não mais de acordo com necessidades epidemiológicas episódicas, mas sim de forma permanente e especializada.

As novas atribuições do Butantan, consagradas pela reforma de 1917, já revelam a nova situação, mas é a criação das novas seções do Instituto que evidenciam, de forma inequívoca, que o novo objetivo era dar sustentação às recém-criadas atividades da saúde pública. A seção de Química, por exemplo, tinha entre as suas finalidades a produção de ésteres para o tratamento da lepra, e o Horto Oswaldo Cruz, o cultivo de plantas medicinais, para técnicas de combate à doença.

O Serviço de Medicamentos Oficiais – criado em 1919 – é o melhor exemplo desta vinculação, sua criação foi determinada, principalmente, pela necessidade de expandir a produção da quinina para dar continuidade às campanhas contra a malária. A oficialização e expansão das atividades de educação sanitária desenvolvidas pelo Instituto também fazem parte deste processo. Num período marcado pelo ideário de saneamento das áreas rurais, o Butantan passaria a ser visto como uma agência capaz de popularizar as noções de higiene através dos cursos que dispensava a professores estaduais e agentes de saúde.

Entretanto, não podemos atribuir a expansão das atividades da instituição somente às reformas do Serviço Sanitário, pois este era formado por diversas agências que poderiam atuar na concretização das novas diretrizes; ou até mesmo poderiam ser criadas novas instituições para cumprir tais objetivos.

Acreditamos, e procuraremos demonstrar, que o desenvolvimento do Instituto se ligou, também, ao esforço pessoal de Artur Neiva em transformá-lo numa instituição de ciência e saúde do porte do Instituto Oswaldo Cruz, organizada segundo o seu modelo e apta a contribuir não só com as ações sanitárias no âmbito estadual, mas também em outras regiões do país.

Artur Neiva e o Butantan

Como já foi dito, Artur Neiva assumiu a direção da saúde pública paulista em 1916. Convidado para substituir Emílio Ribas, que se aposentou, após dirigir o Serviço Sanitário por 18 anos, ele transformaria o modelo de atuação dessa instituição.

Médico baiano, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Neiva formou-se como sanitarista no Instituto de Manguinhos, onde trabalhou por uma década.¹⁰ Nessa instituição dedicou-se às pesquisas em entomologia, mas grande parte de sua atuação profissional se deu longe dos laboratórios, em expedições científicas que o Instituto enviava a regiões interioranas para estudar e intervir nas condições de saúde vigentes, possibilitando empreendimentos públicos e privados nestas áreas.¹¹

A experiência de Neiva e seus companheiros nessas expedições foi de grande importância para a revelação das condições de vida e saúde nas regiões interioranas.

O amplo documentário médico e social teve enorme repercussão em meio aos intelectuais, às camadas médias e às elites dos centros urbanos e do litoral, e forneceram enorme munição aos debates acerca da questão nacional, que começava a ser redimensionada nos termos da visão dualista, de longa persistência no pensamento social Brasileiro. A exaltação ufanista da civilização do Brasil (...) foi desmascarada pelas corrosivas revelações sobre o outro Brasil que as representações ideológicas dominantes encobriam. (Benchimol, 1990:54)

A observação das condições de sobrevivência nas zonas interioranas foram fundamentais também, na formação das idéias de Neiva sobre a necessidade de saneamento rural. A concepção que presidiu a reforma do Serviço Sanitário, em 1917, demonstra essa influência, mas somente alguns anos mais tarde, quando da fundação da Liga Pró-saneamento, que Neiva se integraria diretamente à campanha pelo saneamento rural.

Todavia, a passagem de Neiva por Manguinhos não influenciou somente as suas concepções em relação ao saneamento rural. A atuação do Instituto de Manguinhos como principal instituição de apoio ao saneamento da cidade do Rio de Janeiro certamente o conscientizou da importância de uma instituição deste tipo na contribuição às ações de saúde pública levadas a cabo pelas agências sanitárias. O modelo organizacional do Instituto Oswaldo Cruz, por sua vez, possivelmente o inspirou nas reformas que efetivou no Butantan.

Ainda em 1916, num de seus primeiros relatórios à Secretaria do Interior, órgão ao qual o Serviço Sanitário era subordinado, Artur Neiva elaborava proposta de reformas no Butantan, incorporando as idéias de Vital Brazil sobre a comercialização dos produtos da instituição com a reversão da renda em seu favor.

Essa proposta tinha como base o sucesso obtido pelo Instituto Oswaldo Cruz a partir da introdução desta figura jurídica em 1907. A justificativa era a observação de que, devido à guerra, as fábricas de soros e produtos terapêuticos européias e norte-americanas produziam quase que somente para os exércitos em luta; e que o Instituto Oswaldo Cruz não dava conta das necessidades nacionais.

O reaparelhamento do Butantan, o aumento de seu pessoal e a possibilidade de venda de seus produtos poderiam transformá-lo numa grande instituição produtora de imunizantes e opoterápicos capaz de suprir tanto o mercado nacional como o de outros países da América do Sul.

Na verdade, Neiva tinha dois objetivos. O primeiro era dar ao Instituto condições de produzir os principais medicamentos para as ações de saúde incorporadas pelo Serviço Sanitário. A curto prazo, queria que se produzissem no Butantan os comprimidos de quinina. Essa substância, o único antimalarígeno da época, era produzido somente no exterior. Além deste terapêutico planejava produzir a emetina, utilizada na cura das disenterias e o tártaro emético, quimioterápico descoberto em Manguinhos, para o tratamento da leishmaniose.

O outro objetivo de Neiva era transformar o Butantan numa instituição capaz de competir com o Instituto Oswaldo Cruz na comercialização de produtos biológicos e quimioterápicos. Dizia ele em seu relatório:

Todos os produtos atualmente preparados pelo Butantan podem competir com os melhores do mundo. Estou convencido de que em concorrência legítima, os produtos desse instituto poderão dominar os mercados brasileiros e até uruguaiois. Para que isso se dê é imprescindível aparelhar Butantan com os meios de poder fornecer, em maior escala, os soros que atualmente fabrica e tratar da preparação de outros, como por exemplo, o anti-estreptocóccico. Butantan deverá desenvolver uma seção de produtos opoterápicos. (Relatório da diretoria do Serviço Sanitário, 3-11-1906)

A regulamentação da venda dos produtos do Instituto se deu através da contratação, por concorrência pública, de uma casa comercializadora. Depois de demorado processo de negociação com diversas firmas – onde

fica claro a dificuldade do Serviço Sanitário em conseguir casas comercializadoras de drogas interessadas em representar o Instituto – foi fechado um contrato com a Casa Armbrust.¹²

Esta obteve o monopólio da venda dos produtos do Instituto, os quais comprava com um desconto de 40 a 50%. Em contrapartida, a empresa se comprometia a fazer a propaganda destes produtos e a fornecer auxílio pecuniário para a publicação dos trabalhos científicos da instituição.

É interessante observar que a estratégia perseguida por Neiva para fazer com que o Butantan se transformasse numa instituição com capacidade de produção do mesmo nível do Instituto Oswaldo Cruz foi a mesma utilizada por Oswaldo Cruz.

Em 1907, a notoriedade conseguida por Oswaldo Cruz com o prêmio ganho na Exposição de Higiene de Dresden facilitou a vitória do projeto que transformava o antigo Instituto Soroterápico Federal em Instituto de Medicina Experimental. Seus novos estatutos proporcionavam, entre outras vantagens, a prerrogativa de comercializar seus produtos com a reversão das rendas em favor da expansão de suas pesquisas. Essa medida possibilitaria o ingresso de somas consideráveis de recursos independentemente da burocracia do Ministério da Justiça ou do Legislativo federal.

Segundo Benchimol (1990),

Esta conquista foi importantíssima para a sua história subsequente, pois, em larga medida, foi responsável por sua capacidade de sobreviver a penúria de recursos votados pelo Congresso, em condições mais favoráveis do que outros estabelecimentos públicos do país.

Esta nova figura jurídica – a prerrogativa estatutária que permitia a venda do projeto –, acrescida a uma outra, que possibilitava aos pesquisadores do Instituto patentear os produtos por eles descobertos, aumentaria, também, o empenho dos técnicos do Instituto Oswaldo Cruz na pesquisa para a descoberta de novas drogas, e o interesse da instituição na comercialização de seus produtos.

Mas Neiva estava ciente de que a possibilidade de comercialização era dependente da capacidade de produção do Instituto. Como não contava com uma infra-estrutura do porte do Instituto Oswaldo Cruz, ele perseguia algumas medidas que possibilitassem de imediato o aumento da fabricação de imunizantes.

De início, determinou a Vital Brazil a duplicação da produção industrial do Butantan, enquanto se esforçava frente ao secretário do Interior para

conseguir um aumento das subvenções para a instituição e uma licença para a contratação de mais pesquisadores e para a criação de uma seção de química.

A partir da análise da situação orçamentária e de pessoal da instituição, se convenceu do pouco valor que lhe era dado pelas autoridades governamentais, convicção também embasada, em grande parte, na comparação das rendas consignadas pelo governo de São Paulo ao Instituto Butantan com as rendas obtidas pelo Instituto Oswaldo Cruz junto ao governo federal. Essa comparação serviria como base às suas reivindicações para o Instituto, junto às autoridades políticas do estado.

Butantan não tem, por parte do governo, o apoio que merece, porquanto somente se prestigia uma instituição científica fornecendo-lhe os meios de poder trabalhar cientificamente. As gratificações por mim pedidas para retribuir o pessoal técnico que agora ali trabalha das nove as dezessete horas até hoje não foram conseguidas apesar de V. Exc. ter ordenado. (...) V. Exc., que é médico e filho do presidente que ordenou a construção do Instituto Oswaldo Cruz, tem uma dupla responsabilidade no assunto e estou convencido de que procurará dar ao Butantan os mesmos elementos de sucesso que o venerando conselheiro Rodrigues Alves proporcionou a Manguinhos e que constitui um dos maiores serviços entre os muitos já por ele prestados a esta terra.

O Instituto de Manguinhos absorve cerca de 600 contos anuais. Não há forças humanas, por melhores intencionadas que sejam que consigam fazer nenhum milagre, procurando dar um desenvolvimento científico consentâneo com o progresso médico de nosso país se, por ventura, não lhe forem facultados os meios. (Relatório da diretoria do Serviço Sanitário de 09-03-1917)

Como vimos, com a reforma dos serviços de saúde de 1917, algumas solicitações de Artur Neiva seriam deferidas. Neiva conseguiu incluir no novo estatuto do Butantan uma cláusula que obrigava a dedicação exclusiva dos técnicos ao Instituto. Essa medida, posteriormente tomada no Instituto Oswaldo Cruz, visava a aumentar a capacidade de produção do pessoal técnico, garantindo o cumprimento total de sua jornada de trabalho.¹³ Era uma forma de impedir que seus técnicos abrissem laboratórios particulares que viessem a competir mais tarde com o Instituto.

Mas a expansão da capacidade de produção do Butantan, esbarraria ainda em algumas dificuldades de comercialização de seus produtos. Para minimizar este problema, Neiva tentaria obter a isenção dos impostos de comercialização. Entretanto, a resolução deste problema acabaria por gerar um inusitado conflito com o Instituto Oswaldo Cruz.

Sabendo que o Instituto Oswaldo Cruz não pagava os impostos federais sobre a venda de seus produtos no estado – imposto do selo –, Neiva propôs ao Secretário do Interior de São Paulo que providenciasse a mesma prerrogativa em relação ao Butantan. Entretanto, não existia uma isenção formal para os produtos de Manguinhos; a falta de pagamento, segundo informou o Secretário do Interior, era consequência do desleixo dos funcionários do fisco, o que impedia o Butantan de obter tal isenção, na prática inexistente.

Inconformado, Neiva pressionou o Secretário para que o Instituto de Manguinhos passasse a pagar também os impostos.

Acho preferível nada pedir de isenção ao Congresso Nacional, para o Butantan, (...) bastando-nos que a lei seja cumprida para Manguinhos e Butantan e que Manguinhos se veja obrigado a pagar o selo como nós, o que além de ser mais regular, nos permitirá disputar o campo com concorrentes leais.

A exigência de Neiva provocou uma forte reação no Instituto de Manguinhos, de onde seu diretor, Carlos Chagas, acusou-o de suspeito à memória de Oswaldo Cruz,¹⁴ fato que levou Artur Neiva a ser ainda mais perspicaz no encaminhamento dessa medida.

Embora as desavenças de Neiva em relação ao Instituto Oswaldo Cruz tenham um motivo determinado, fazem parte de um processo mais amplo, relacionado à posição ocupada pelo Instituto de Manguinhos no cenário nacional. No seu entender, a contribuição do Butantan à ciência e à saúde pública nacional era tão vultosa quanto a do Instituto carioca, o que, por si, já mostrava um interesse desigual do governo federal em relação às duas instituições, visto que o Butantan não recebia recursos da esfera federal. Essa seria outra luta que Neiva encamparia no período de direção do Serviço Sanitário de São Paulo.

A primeira iniciativa do cientista foi sugerir ao Secretário do Interior que pedisse, a um deputado da bancada paulista na Câmara, a elaboração de uma lei consignando ao Butantan o mesmo auxílio federal destinado ao Instituto Oswaldo Cruz. Sua proposta se justificava, também, pela peculiaridade do Instituto paulista na elaboração de soros antiofídicos, de grande interesse para as regiões interioranas.

Penso ser de grande conveniência procurar obter-se no Congresso Nacional uma subvenção de 48:000\$000 para o Instituto de Butantan. O Instituto de Manguinhos possui um subsídio que lhe é dado pelo governo

federal na importância de 48:000\$000 a fim de fornecer certos produtos ao Ministério da Agricultura.

Havendo este precedente creio ser fácil obter-se igual quantia para o Instituto de Butantan mandar estudar, nas regiões do Norte, certas cobras venenosas que ocasionam numerosos óbitos naquelas paragens e contra as quais não existe ainda o soro curativo, devido à dificuldade de se obter veneno. (Relatório da diretoria do Serviço Sanitário de 16-02-1917)

Com o aumento do orçamento proporcionado por essa medida, Neiva pretendia abrir filiais do Butantan em cinco estados, voltados prioritariamente para a profilaxia anti-rábica, antivaricólica e para o tratamento antiofídico. Entretanto, as verbas federais não vieram e, do projeto inicial, somente a filial de Pelotas chegaria a ser organizada, funcionando até o ano de 1919, quando foi incorporada pela prefeitura de Pelotas.

Como dissemos anteriormente, grande parte dos pleitos de Neiva foram atendidos com a reforma do Serviço Sanitário de 1917, que permitiu o desenvolvimento de seu projeto para o Instituto.

Pela reforma às antigas atribuições do Instituto foram acrescidos o estudo e cultivo de plantas venenosas e medicinais, o estudo e o tratamento das epizootias e a elaboração de opoterápicos para a clínica e de quimioterápicos destinados, prioritariamente, à saúde pública. Em 1918, com a aprovação do decreto que deu execução ao Código Sanitário do estado, o Instituto ficou encarregado, também, de fiscalizar a qualidade dos soros, vacinas, fermentos, extratos de órgãos e outros produtos biológicos comercializados em São Paulo.

No organograma do Butantan, as novas atividades traduziram-se na criação dos serviços de botânica e química, do horto para o cultivo de plantas medicinais, dos laboratórios de opoterapia e de fabricação de soluções medicamentosas. Em situação ambígua ficou o Instituto de Veterinária: estava subordinado a outra secretaria – a de Agricultura, Comércio e Obras Públicas – mas tinha de obedecer à orientação técnica do Butantan.¹⁵

A reforma sanitária implicou também a ampliação de seu quadro funcional. O Instituto passou a contar com quatro assistentes, quatro subassistentes, um botânico e um químico.

A ampliação do pessoal e dos serviços teve como contrapartida o aumento das dotações para o Instituto. É muito difícil estimar com precisão seu montante, dada a impossibilidade de aferir que parcelas dos recursos consignados sob a rubrica Socorros Públicos foram destinadas pela Secretaria

do Interior ao Butantan.¹⁶ Somente dispomos de dados seguros com relação aos recursos votados pelo Legislativo estadual: o maior aumento se deu entre 1918 e 1919, quando as cifras mais do que duplicaram, passando de 127:120\$000 para 259:800\$000. O Butantan passou a contar com renda própria que, em 1918, chegava a 392:877\$750, superando o valor bruto do financiamento estatal.¹⁷

Datam, ainda, deste período a reorganização e expansão da biblioteca do Instituto e o surgimento das *Memórias do Instituto Butantan*. Periódico criado para a publicação das pesquisas científicas da instituição, teve seu primeiro número editado em 1918, com o conjunto de trabalhos científicos elaborados no Instituto até então. Somente em 1925 seria publicado um segundo número. A partir de 1929, a periodicidade passou a ser anual.

O Instituto envolveu-se mais com atividades relacionadas à educação sanitária, sobretudo através de cursos para professores estaduais e inspetores sanitários, reconhecidos como os principais agentes de difusão do saneamento nas áreas rurais.

Duas seções recém-criadas no Butantan merecem observação mais atenta por constituírem elos privilegiados de ligação com as ações sanitárias empreendidas no estado: o Horto Oswaldo Cruz e o Serviço de Medicamentos Oficiais.

Em abril de 1917, Arthur Neiva contratou o botânico Frederico C. Hoehne para organizar um horto onde fossem aclimatadas e cultivadas plantas medicinais e tóxicas das mais variadas procedências. Além de produzir a matéria-prima de alguns medicamentos destinados à profilaxia de doenças endêmicas, o horto forneceria material para estudos que poderiam resultar, eventualmente, na extração de princípios ativos úteis para o tratamento de outras doenças humanas e animais. Inaugurado em janeiro de 1918, o Horto Oswaldo Cruz passou a cuidar, também, da fiscalização dos herbanários e da orientação à população sobre o uso de ervas medicinais caseiras.

A principal atividade proposta para o horto carecia, no entanto, de um químico que supervisionasse a extração e destilação dos princípios ativos das ervas cultivadas no horto, bem como de equipamentos adequados à fabricação desse tipo de terapêuticos. A criação do Serviço de Medicamentos Oficiais do Estado de São Paulo, em dezembro de 1919, devia, em tese, suprir tais carências, fornecendo suporte institucional mais consistente à produção em escala dos quimioterápicos para o Serviço

Sanitário. A ênfase recaía naqueles destinados à profilaxia do impaludismo, da ancilostomose e da sífilis, mas sua finalidade principal era a produção de comprimidos de quinina, de modo a livrar os cofres do Estado do ônus com a importação do produto fabricado no exterior.

O Serviço de Medicamentos Oficiais de São Paulo era uma organização semelhante à que já funcionava no Instituto Oswaldo Cruz por força de um decreto do presidente Wenceslau Brás. Sua meta era fornecer medicamentos gratuitos ao Serviço de Profilaxia Rural, criado simultaneamente em 1º de maio de 1918.

A produção deste e de outros 'medicamentos oficiais' inaugurou, nos institutos Oswaldo Cruz e Butantan, uma vertente industrial que envolvia a implementação de técnicas e rotinas muito diferentes daquelas empregadas na preparação dos soros, vacinas e outros produtos biológicos baseados nas chamadas reações de imunidade.

Contudo, em São Paulo, o Serviço foi criado num momento em que o Butantan encontrava-se às voltas com uma crise seriíssima. O Instituto chegou a fabricar extensa lista de fármacos, mas quando acolheu o novo Serviço só teve condições de manter em operação a destilação do óleo de chenopódio. Pouco tempo depois, o Serviço foi desativado e seus funcionários, reaproveitados em outras seções da saúde pública.

Considerações finais

É inegável a disposição de Neiva em transformar o Butantan numa instituição de ciência e saúde de grande porte, não mais limitada a resolver determinadas demandas episódicas da saúde pública, mas com a capacidade de dar suporte a todo um conjunto de atividades de caráter permanente. Mas, seu projeto iria se desfigurar num curto espaço de tempo.

O novo perfil do Instituto começaria a ter dificuldades a partir da comercialização de seus produtos através de um revendedor privado. No contrato, se havia estipulado uma grande margem de lucro para a casa comercializadora – 40% da renda bruta mais 10% de bonificação quando as vendas ultrapassassem 150:000\$000. Em pouco tempo, o fabricante acabou se prejudicando. Já em 1919, Vital Brazil pediria a Neiva a rescisão do contrato com a casa comercializadora, pois, para ele, este dava grande prejuízo aos cofres da instituição.

A saída de Vital Brazil da direção do Instituto daria o golpe final nas pretensões de Neiva. Em 1919, insatisfeito com as constantes interferências do Serviço Sanitário na administração do Butantan e com novas diretrizes, que ameaçavam transformar o Instituto numa fábrica, em detrimento do trabalho científico, Vital Brazil deixou a instituição, acompanhado de grande parte de seus colegas pesquisadores. Fundou um instituto produtor de imunizantes na cidade de Niterói.

O afastamento precipitou o Butantan num período de crise, evidenciada principalmente pela diminuição de pessoal qualificado. Isso atrapalhou a continuidade dos trabalhos de pesquisa e produção e causou a queda da receita proveniente da venda de seus produtos.

Embora a saída de Vital Brazil da instituição e o período que aí se inicia não seja objeto deste estudo, é necessário afirmar que o afastamento dele e de outros pesquisadores da instituição deram fim ao projeto pensado por Neiva. Durante os anos que se seguiram, o Butantan retraiu seus trabalhos de pesquisa e produção e teve várias de suas seções fechadas pela falta de pessoal para a condução dos serviços técnicos.¹⁸

Para concluir, é necessário reafirmar que foge ao escopo deste trabalho a avaliação das conseqüências do projeto de Neiva para a instituição nos anos que se seguiram à crise de 1919. Nosso objetivo central foi demonstrar que o período em que Neiva esteve à frente do Serviço Sanitário (1917-1919) foi de extrema fertilidade para o Instituto. Não pode, portanto, continuar à margem dos trabalhos historiográficos sobre a trajetória.

Notas

- ¹ Entre os trabalhos elaborados por antigos pesquisadores do Butantan que seguem essa periodização, podemos citar Brazil, 1941 e Vaz, 1949. Entre as pesquisas historiográficas mais recentes, destacamos o trabalho de Camargo, 1984.
- ² Vital Brazil, médico mineiro, da cidade de Campanha, nasceu em 28 de abril de 1865. Formado no Rio de Janeiro, exerceu a clínica por vários anos na cidade de Botucatu, no interior paulista. Ingressou no Instituto Bacteriológico em 1897 como ajudante. Como pesquisador, dedicou-se prioritariamente aos estudos sobre o ofidismo (Brazil, 1989).
- ³ As principais medidas profiláticas eram a desratização das zonas atingidas e a aplicação da vacina. Nos casos já diagnosticados era utilizado o soro antipestoso.
- ⁴ No Relatório de 1915, Vital Brazil se refere aos principais problemas de saúde pública do Estado, destacando a importância da contribuição do Butantan na sua resolução. "Há uma grande soma de trabalhos a ser empreendido logo que o instituto se encontre convenientemente instalado, provido de pessoal necessário e devidamente aparelhado.

A campanha antipalúdica, a luta contra a ancilostomíase, contra o tracoma, contra a moléstia de Chagas, contra a úlcera de Bauru, contra a lepra, contra a difteria, contra a tuberculose, contra a febre tifóide, contra a má alimentação, contra as habitações insalubres e as más condições higiênicas, aí estão a pedir a máxima atividade dos encarregados da saúde pública na qual uma grande parte caberá ao Instituto de Higiene" (São Paulo. Relatório do Instituto Soroterápico, 1915).

- ⁵ Em 1907, sob o impacto do prestígio internacional conseguido por Oswaldo Cruz, o Instituto de Manguinhos recebeu um novo regulamento que lhe facultava a venda de seus produtos biológicos com o reinvestimento das rendas geradas em proveito da instituição.
- ⁶ Em 1917, a pauta de produtos químicos do Instituto era composta pelos seguintes produtos: soro fisiológico, solução de tártaro emético, solução de iodureto de sódio, bicloridato de quinina, cloridrato de quinina, cloridrato e morfina e de entina, sulfato de espartefina, de cafeína e de cânfora (São Paulo. Relatório do Instituto Soroterápico, 1918).
- ⁷ O estudo das políticas governamentais em saúde pública através da utilização do conceito de modelos técnico-assistenciais encontra-se em Merhy, 1992. Para ele, a compreensão deste objeto deve tomar como pontos centrais a dimensão tecnológica e a assistencial. A primeira seria o conjunto de saberes que dão conformação institucional à dimensão assistencial da saúde pública.
- ⁸ "Entre 1917 e 1918, a Faculdade de Medicina do Estado de São Paulo, juntamente com a Fundação Rockefeller, montou os postos a partir de uma comissão mista, da qual participaram Richard Pearce e J. Ferrer, que organizou o posto experimental de Guarulhos. Até então, só existiam serviços regionais de saúde pública" (Merhy, 1992:75).
- ⁹ Para além dos fatores mais gerais que contribuíram para a criação desse serviço, devemos observar que os anos que antecedem a reforma foram marcados por um preocupante aumento dos níveis de endemidade da malária em várias cidades do interior do estado.
- ¹⁰ Artur Neiva nasceu em Salvador, em 22 de março de 1880. Filho do comendador João Augusto Neiva e de Ana Adeláide Paço Neiva, iniciou seus estudos médicos na faculdade de Medicina da Bahia, terminando-os no Rio de Janeiro. Como médico sanitário exerceu os seguintes cargos públicos durante a República Velha: Pesquisador do Instituto Oswaldo Cruz entre 1906 e 1916; Diretor do Serviço Sanitário de São Paulo entre 1916 e 1920; Diretor do Museu Nacional de 1923 a 1927; Chefe da Comissão de Estudos e Debelação da Praga Cafeeira de 1924 a 1927; Diretor Superintendente do Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal de 1928 a 1930 e em 1932; Secretário de Estado dos Negócios do Interior – São Paulo – de dezembro de 1930 a fevereiro de 1931 (Lacaz, 1963).
- ¹¹ Sua primeira expedição data de 1909, quando chefiou uma expedição a Xerém (RJ) para uma campanha de profilaxia da malária encomendada pelo Serviço de Captação de Águas do Rio de Janeiro. Em 1912, Neiva participou de uma expedição ao Nordeste, contratada pela Inspetoria de Obras Contra as Secas, com o objetivo de elaborar um programa de combate a esse problema. Em 1914, foi enviado a Pelotas, como coordenador de uma comissão encarregada de criar uma filial do Instituto Oswaldo Cruz (Benchimol & Teixeira 1993).

- ¹² Os relatórios do Serviço Sanitário ao Secretário do Interior mostram que a escolha da Casa Armbrust não agradava Artur Neiva. Na opinião do cientista, a casa comercializadora não tinha competência suficiente no ramo dos negócios com drogas. Mas a dificuldade em conseguir outras firmas interessadas e a sua pressa em resolver esta questão fez com que o contrato se efetivasse.
- ¹³ Anteriormente a jornada de trabalho dos funcionários do Instituto era de quatro horas – das 11 às 15 h. Com o novo regulamento, passou a ser de oito horas – 9 às 17 h.
- ¹⁴ A querela entre Artur Neiva e Carlos Chagas observada neste episódio é fruto de desavenças anteriores, relacionadas à sucessão de Oswaldo Cruz na direção de Manguinhos. Ver a este respeito Britto, 1992.
- ¹⁵ Lei nº 1597 de 31 de dezembro de 1917. Cria o Instituto de Veterinária subordinada à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.
Art. 1 – Fica criado nesta capital o Instituto de Veterinária subordinado à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e sob a orientação técnica do diretor do Instituto Butantan.
Art. 2 – O Instituto de Veterinária tem por fim o estudo de questões de medicina e higiene veterinária, regime alimentar e outros que interessem à pecuária, bem assim da extinção dos insetos nocivos à agricultura (Leis e Decretos do Estado de São Paulo 1918).
- ¹⁶ As verbas para socorros públicos previstas no orçamento do estado de São Paulo deviam ser usadas em casos de epidemias ou outras calamidades, mas, segundo Mascarenhas, sua utilização era determinada por finalidades políticas. Ver Mascarenhas, 1949.
- ¹⁷ São Paulo. Relatório de Instituto Butantan, 1918.
- ¹⁸ Este texto não tem a intenção de discutir as causas da crise que se abateu sobre o Instituto em 1919. Se a saída de Vital Brazil é uma delas, outras devem ser pesquisadas, pois, talvez, tenham grande relevância neste processo. O final da primeira conflagração mundial e a expansão da indústria farmacêutica norte-americana, o desenvolvimento de laboratórios farmacêuticos privados nacionais e a reforma dos serviços de saúde pública do país, em 1919 – com a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública – são fatores que certamente se inter-relacionam com a crise vivenciada pelo Butantan neste período.

Referências bibliográficas

Fontes arquivísticas

Relatórios do diretor do Instituto Butantan ao diretor do Serviço Sanitário de São Paulo, referentes aos anos de 1901-1912, 1917, 1918, 1919 e 1920. Documentos pesquisados no Arquivo do Instituto Butantan.

Relatórios do diretor do Serviço Sanitário de São Paulo – Artur Neiva – à Oscar Rodrigues Alves, Secretário do Interior do Estado de São Paulo,

referentes aos anos de 1916-1919. Documentos pesquisados no Arquivo Artur Neiva (Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC).

Fontes secundárias

- AMARAL, A. do. *Serpentes em Crise*. São Paulo: Empresa Gráfica Rev. dos Tribunais, 1941.
- ASSIS, A. de. Preitos de homenagem a Vital Brazil. *Pinheiro Terapica*, 17(85):2-6, ago. 1955.
- BENCHIMOL, J. (Coord.) *Manguinhos do Sonho à Vida: a ciência na Belle Époque*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz, 1990.
- BENCHIMOL, J. L. & TEIXEIRA, L. A. *Cobras e Lagartos & Outros Bichos: uma história comparada dos institutos Oswaldo Cruz e Butantan*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz, 1993.
- BIER, O. Vital Brazil e sua atuação no ambiente científico. *Ciência e Cultura*, 2:223-231, 1950.
- BRAZIL, V. *Memória Histórica do Instituto de Butantan*. São Paulo: Elvino Pocaí, 1941.
- BRAZIL, V. Problema do ofidismo no Brasil: Butantan e sua obra. In: *Documentário do Governo de Minas Gerais*. Edição comemorativa do centenário de Vital Brazil – 1865-1950: subsídios para a biografia. Minas Gerais: Secretaria de Estado do Trabalho e Cultura Popular e da Imprensa Oficial, Edições movimento-perspectiva, 1965.
- BRAZIL, O. *Vital: contribuição para a história da ciência no Brasil*. Minas Gerais: Casa de Vital Brazil, 1989.
- CAMARGO, A. M. F. de. *Os impasses da pesquisa microbiológica e as políticas de saúde pública em São Paulo (1892 a 1934)*, 1984. Dissertação de Mestrado, Campinas: Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.
- CASTRO SANTOS, L. A. de. *Power Ideology and Public Health 1889-1930*. Cambridge: Harvard University, 1987. (Mimeo.)
- HENRIQUES, S. B. O Instituto Butantan: um ensaio sobre a necessidade de reforma de nossas instituições científicas. *Ciência e Cultura*, 35(2):153-157, 1982.
- LACAZ, C. da S. *Vultos da Medicina Brasileira*. São Paulo: Ed. Helicon, 1963.
- MASCARENHAS, R. S. *Contribuição para o estudo da administração sanitária em São Paulo*, 1949. Tese de livre docência, São Paulo: Faculdade de Higiene e Saúde Pública da USP.
- MERHY, E. *A Saúde Pública como Política: um estudo de formuladores de políticas*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- OLIVEIRA, J. L. Cronologia do Instituto Butantan: 1888-1981. *Memórias do Instituto Butantan*, 44/45:11-79, 1980-81.
- VAZ, E. Fundamentos da história do Instituto Butantan, seu desenvolvimento. São Paulo: *Revista dos Tribunais*, 1949.